



**LEI MUNICIPAL Nº 2.201/2010, DE 22 DE NOVEMBRO DE 2010.**

**Concede auxílio financeiro a entidade que menciona, e dá outras providências.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO:

Faço saber que o Poder Legislativo Municipal aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica o Executivo Municipal autorizado a, mediante convênio e com fulcro no artigo 26 da Lei Complementar nº 101, de 5 de maio de 2000, combinado com o artigo 16 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, conceder auxílio financeiro à MITRA DA DIOCESE DE NOVO HAMBURGO - PACTO - PASTORAL DE AUXÍLIO COMUNITÁRIO AO TOXICÔMANO - FAZENDA DO SENHOR JESUS, entidade civil sem fins lucrativos cadastrada no CNPJ sob o nº 90.831.660/0055-08, no valor de até R\$ 114.000,00 (cento e quatorze mil reais), para repasse no Exercício de 2010.

- § 1º Esta subvenção objetiva auxiliar para a cobertura de necessidades financeiras da Entidade referida, no atendimento, mediante internação terapêutica, de adolescentes usuários de drogas, com idade entre 12 (doze) e 18 (dezoito) anos, residentes neste Município.
- § 2º O auxílio destina-se, igualmente, a cobrir os respectivos déficits verificados no exercício de 2009, da mesma forma no referido atendimento.
- § 3º A qualquer tempo, verificada a desdestinação na aplicação do recurso financeiro, poderá ser cancelada a liberação do recurso.

**Art. 2º** A Entidade beneficiária deverá observar, para a respectiva Prestação de Contas, o que se contém no Manual para Concessões de Subvenções Sociais e de Prestação de Contas, instituído pelo Decreto nº 2.336/2005, de 12 de dezembro de 2005.

- § 1º A Entidade beneficiária obrigar-se-á a manter conta bancária específica em instituição financeira oficial, para o recebimento e movimentação dos valores repassados, cuja liberação poderá se dar em parcelas mensais, no curso do corrente exercício.
- § 2º Compete à Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social - SDS, fiscalizar a aplicação da subvenção prevista nesta Lei.
- § 3º A liberação de parcelas vincendas fica vinculada à aprovação da prestação de contas apresentada pela Entidade beneficiária, relativamente às parcelas anteriormente liberadas.



§ 4º Ao final da execução dos respectivos plano de trabalho, a Entidade beneficiária deverá apresentar, juntamente com a última planilha mensal de prestação de contas, o respectivo balancete contábil relativo ao período alcançado pelo plano de aplicações.

§ 5º A prestação de contas da beneficiada deverá ser publicada nos sítios da internet do Poder Executivo Municipal e da própria entidade.

**Art. 3º** Quando o recurso for utilizado em finalidade diversa da estabelecida nesta Lei e/ou a prestação de contas não for apresentada no prazo exigido, bem como não for executado o objeto do convênio, ressalvadas as hipóteses de caso fortuito ou força maior devidamente comprovadas, a Entidade deverá restituir os valores transferidos, acrescido de juros e de correção monetária, segundo o Índice oficial, a partir da data do seu recebimento, ao Município.

**Art. 4º** A Entidade beneficiária deverá afixar placa na entrada principal de sua sede local e/ou nos locais de atuação, contendo:

- I - o valor do repasse financeiro anual;
- II - o objetivo do repasse;
- III - o número do convênio e da respectiva lei autorizativa;
- IV - a origem executiva do repasse;
- V - o responsável pela fiscalização; e
- VI - o número de telefone para acesso do público às demais informações ou denúncias de desvio de finalidade.

§ 1º No rodapé da placa, constarão os dizeres “Esta Entidade recebe recursos públicos do Município de Novo Hamburgo para a consecução de objetivo social. Você, cidadão, é responsável pela fiscalização da correta aplicação desses recursos. Denuncie qualquer desvio de sua finalidade.”

§ 2º A Entidade beneficiária deverá, igualmente, divulgar através da internet os dados e informações elencadas nos incisos e parágrafo antecedentes, em sítios próprios ou em sítios públicos ou coletivos.

§ 3º A placa deverá proporcionar condições de leitura à distância, com tinta refletiva à luz, não podendo ser inferior a 2 (dois) metros quadrados, devendo ser mantida íntegra enquanto perdurar o repasse financeiro ali retratado.

§ 4º A fixação da placa constitui condição à liberação dos valores conveniados ou de outra forma repassados à Entidade beneficiária.

§ 5º A retirada ou inutilização voluntária da placa, durante a vigência do contrato, importará na imediata suspensão dos repasses dos recursos públicos e na rescisão do convênio ou contrato.



Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo  
Estado do Rio Grande do Sul  
Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão - SEPLANG  
NOVO HAMBURGO – CAPITAL NACIONAL DO CALÇADO



§ 6º Caso a Entidade beneficiária restar enquadrada no § 5º retro, ficará proibida de receber recursos públicos do Município de Novo Hamburgo pelo prazo mínimo de 2 (dois) anos, e somente poderá voltar a recebê-los, passado este prazo, se reabilitada por lei autorizativa.

Art. 5º Para atender as despesas oriundas desta Lei, fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a utilizar dotações orçamentárias próprias, previstas na Lei Municipal nº 2.096/2009, de 24 de dezembro de 2009, mediante decreto executivo, tanto para abertura de crédito adicional especial quanto para abertura de crédito adicional suplementar, até o montante total consignado pelo artigo 1º acima.

Art. 6º A presente Lei entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE NOVO HAMBURGO, aos 22 (vinte e dois) dias do mês de novembro do ano de 2010.

Registre-se e Publique-se.

  
TARCÍSIO ZIMMERMANN  
Prefeito Municipal

  
ROQUE WERLANG

Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Gestão